

Brasil aprova regras democráticas para internet



Gustavo Lima/Agência Câmara

Em 23 de junho entra em vigor a Lei 12.965/14, fruto de longa negociação e forte mobilização da sociedade. A norma garante a neutralidade da rede, liberdade de expressão e privacidade, mas ainda necessita de regulamentação.





UMA INTERNET MAIS DEMOCRÁTICA

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

EM ABRIL ÚLTIMO, depois uma longa e difícil negociação, foi aprovada no Congresso Nacional e sancionada pela presidente Dilma Rousseff a Lei 12.965/14, que institui o Marco Civil da Internet. O texto aponta direitos aos usuários, deveres de quem provê o acesso e confere atribuições ao poder público, como a de assegurar mecanismos de governança transparentes, colaborativos e democráticos, garantindo acessibilidade, capacitação, além de promover a cidadania, a cultura e o desenvolvimento tecnológico.

Ponto fundamental do debate entre a sociedade, o Congresso e o governo foi a defesa da chamada neutralidade da rede, cuja manutenção basicamente garante que os dados que trafegam no ambiente virtual recebam tratamento igual, sem discriminação. Ou seja, empresas do setor não podem filtrar o que cada internauta acessa por meio da venda de pacotes específicos. Completam o desenho, que vem sendo considerado o melhor possível e dos mais avançados existentes no mundo, os princípios da privacidade e da liberdade de expressão. Prevista para entrar em vigor em 23 de junho, a lei deve ser ainda regulamentada no que diz respeito a esses

itens essenciais e às regras de direito autoral, que ficaram fora do Marco Civil. Após essa importante vitória na luta pela democratização da comunicação, mantém-se na pauta outro desafio igualmente crucial: a universalização do acesso à rede, que continua sendo caro e ruim no Brasil. Como aponta a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) em sua campanha pela implantação da internet pública, a expansão da banda larga está atrasada no País, inclusive em relação aos seus vizinhos latino-americanos. “Além do alto custo, as velocidades são bastante inferiores às de países desenvolvidos, e a concentração da oferta do serviço em grandes centros urbanos reproduz a má distribuição de renda e infraestrutura nacional. Se não houver mudanças nesse panorama, o Brasil tende a permanecer cada vez mais distante dessas nações nos indicadores relacionados ao desenvolvimento das TICs (tecnologias de informação e comunicação), face aos grandes investimentos para o setor anunciados por tais países.”

Entre os principais motivos para esse quadro, destacam-se a falta de investi-

Marco Civil instituído no Brasil traz os princípios fundamentais da neutralidade, privacidade e liberdade de expressão. É uma grande vitória da sociedade.

mentos e coordenação por parte do Estado. “Diante da lacuna, o setor privado organizou-se de forma a atender seletivamente os clientes, privilegiando em geral famílias de alta renda residentes em grandes centros urbanos”, afirma ainda o estudo da CNTU sobre a questão. Nesse âmbito, é importante notar que a internet há muito deixou de ser uma opção e impôs-se ao cotidiano dos cidadãos como forma de acessar todo um universo de informações e serviços nos mais diversos setores. Portanto, não é possível que continue a ser privilégio de poucos. Aproveitando os bons ventos que trouxeram a aprovação do Marco Civil da Internet, retomemos já e com força a luta pela banda larga para todos, tema que precisa estar incluído no debate eleitoral deste ano.



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Monique Alves e Jefferson Pereira. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 16 a 31 de maio de 2014. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

FILMADO A
ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



O fazer diferente do Bilhete Único Metropolitano

Gerson Bittencourt

A MOBILIDADE URBANA é tema obrigatório nos debates do cotidiano brasileiro e ganhou visibilidade ímpar após as manifestações de junho de 2013. A construção de políticas públicas para garantir o direito constitucional de ir e vir dos cidadãos com conforto, segurança, economia e rapidez é prioridade do meu mandato.

A melhora da mobilidade urbana no Estado de São Paulo requer a criação de políticas públicas que obedecem a dois eixos estruturantes: o Bilhete Único Metropolitano (BUM) e a integração de modais. O fazer diferente dessas políticas públicas está contido em dois projetos de lei de minha autoria. O PL 295 prevê modernizar e expandir a linha 7 Rubi da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) até Campinas, organizar o transporte e integrar os ônibus das regiões ao modo ferroviário, garantindo mais economia no custo do transporte, com a integração do sistema por meio de um cartão, como o Bilhete Único Metropolitano. O PL 318 dispõe sobre o BUM e a Linha Metropolitana de Trem de Passageiros (LMTP) entre os municípios de Americana e Vinhedo, na Região de Campinas. Infelizmente, o PL 295 foi vetado pelo governador, e o PL 318 está tramitando na Casa.

A dinâmica econômica de São Paulo é tão ampla que se estende para outros territórios – de forma complementar ou integrada. Tal fenômeno faz com que as pessoas trabalhem em um lugar e morem em outro, exigindo sua circulação, bem como de bens e serviços em um mesmo contexto econômico e urbano. Uma política pública que busque o incremento de experiências positivas como o

Bilhete Único para as regiões metropolitanas é o caminho que estamos trilhando na Assembleia Legislativa de São Paulo.

O Bilhete Único, da forma como vem sendo instituído em diferentes cidades de nosso Estado, como São Paulo, Campinas e Guarulhos, tem se configurado, sobretudo, em uma política pública de inclusão social. Defendemos a criação de um Bilhete Único Metropolitano que garanta as características de ser um cartão individual, intransferível e inteligente. Os prefeitos devem abraçar essa política pública, atuando na integração dos sistemas municipais e metropolitanos, dos sistemas de tráfego, na modernização da sinalização e na criação de um plano integrado de transporte nas regiões metropolitanas e aglomerados urbanos. Vida longa ao Bilhete Único Metropolitano e às políticas públicas que integrem os modais e proporcionem qualidade de vida ao povo paulista.

Gerson Bittencourt é deputado estadual (PT). É membro efetivo da Comissão de Transportes e Comunicação da Assembleia e coordenador das frentes parlamentares do Bilhete Único Metropolitano e do Barateamento da Tarifa do Transporte Público. Foi secretário de Transportes nas cidades de São Paulo e de Campinas, além de conselheiro da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP)



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

DATAPESQUISA





MARCO CIVIL DA INTERNET E A MOBILIZAÇÃO PARA SUA APROVAÇÃO

Deborah Moreira

OS DIAS 25 DE MARÇO e 22 de abril de 2014 entraram para a história da democratização da comunicação com a aprovação do Marco Civil da Internet no Congresso Nacional. Em 23 de abril, a presidente Dilma Rousseff sancionou o texto, a Lei nº 12.965/14, na abertura do “NET Mundial – Encontro multissetorial global sobre o futuro da governança da internet”, em São Paulo. A nova norma entra em vigor no dia 23 de junho, mas já existem discussões sobre a necessidade de sua regulamentação. Ainda não há concordância sobre quais os pontos, mas a privacidade deve ser discutida em uma lei de proteção de dados e a liberdade de expressão, na nova lei de direitos autorais.

O Marco Civil é uma carta de princípios inspirada na Constituição Federal de 1988, que aponta direitos aos usuários, deveres de quem provê o acesso e confere atribuições ao poder público. Entre eles, assegurar mecanismos de governança transparentes, colaborativos e democráticos, com a participação dos vários setores da sociedade, garantindo acessibilidade, capacitação, integrada a outras práticas educacionais, promoção da cidadania, da cultura e do desenvolvimento tecnológico. A internet promove a comunicação livre e aberta. E assim deverá permanecer após a aprovação do Marco Civil. Constante em seu artigo 9º, a chamada neutralidade de rede é um dos princípios centrais, que garante tratamento igual a todos os pacotes de dados que trafegam no ambiente virtual, sem discrimi-

nação. Outros dois pilares contidos na legislação, em diversos artigos, são privacidade e liberdade de expressão.

O objetivo é que a internet continue a impulsionar o processo de democratização da comunicação com novas fontes de informação, como *blogs* e redes sociais. Esse movimento encontra como adversários grupos políticos, corporações, principalmente as operadoras de telefonia – que são provedoras de acesso da rede –, e a indústria do *copyright*, que vem tentando cercear a liberdade de expressão na *web*. Diversos vídeos com trechos de programas da Rede Globo, por exemplo, têm sido retirados do ar a pedido da emissora, mesmo que a lei vigente permita a reprodução de trechos.

Concessão à vigilância

Embora considerado uma vitória, em pelo menos um aspecto o Marco Civil aprovado deixou a desejar para os que militam pela liberdade na internet. Já durante o Net Mundial, que reuniu especialistas no assunto, vindos de mais de 90 países, teve início a pressão pelo veto presidencial ao artigo 15, que trata da privacidade, incluído posteriormente, sem a concordância da sociedade civil. Segundo analistas de tecnologia, ele institui um dispositivo que torna obrigatório a todos os *sites* de aplicativos, constituídos na forma de pessoa jurídica, a retenção dos dados de acesso (em *blogs* e redes sociais, por exemplo). “Para aprovar essa lei tivemos que fazer concessões aos grupos vigilantistas conservadores e retrógrados que dominam o Congresso Nacional. E uma delas é o artigo 15. Estamos obrigando os que antes não faziam isso, aumentando o mercado de *Big Data* (comercialização de dados de usuários na rede)”, explicou o professor da Universidade Federal do ABC Sergio Amadeu, durante sua participação no Arena NET Mundial, evento organizado pelo governo brasileiro paralelamente ao NET Mundial, também na Capital paulista.

Amadeu alerta que o perigo vai muito além. De acordo com ele, cidadãos estão se tornando alvo de militares na rede, uma vez que agências

que atuam nesse segmento, como as estadunidenses CIA (governamental) e NSA (privada), vêm investindo pesado na espionagem de pessoas comuns. “Os dados que passamos a essas corporações (como *Microsoft*) não ficam só com elas, que os entregam para finalidades econômicas, geoestratégicas e para manter um poder global. As corporações só devem guardar nossos dados com a nossa concordância.” Amadeu continua: “Elas invadem as máquinas das pessoas. Descobrimos graças a Edward Snowden (*ex-técnico da NSA*)”, completa.

Contudo, tanto a defesa da rede contra a chamada militarização quanto a neutralidade ficaram fora do documento final emitido pelos participantes do NET Mundial. Não houve acordo com países como Estados Unidos e a comunidade da União Europeia. Durante o evento, brasileiros e estrangeiros concordaram que o Marco Civil foi um passo importante, mas que se trata do início de algo muito maior. Amadeu convocou a todos à construção colaborativa de um projeto de lei de proteção de dados para regulamentar a privacidade e a participarem dos debates sobre mudanças da atual lei de direitos autorais, proposta que deverá ser enviada ao Congresso após as eleições.

“Quando uma legislação é aprovada, imediatamente existe a possibilidade de ela ser corrompida. No caso do Brasil, a mídia de massa, as grandes corporações e pressões do governo podem fazê-lo com o Marco Civil. A única forma de combater isso é por meio de nosso trabalho corajoso e solidário”, declarou Julian Assange, criador do *Wikileaks*, responsável por muitas revelações sobre atos ilícitos de governos e programas de espionagem dos Estados Unidos, que participou via internet do Arena NET Mundial. Atualmente, Assange encontra-se detido na embaixada equatoriana, em Londres, sob acusação de abuso sexual em seu país, a Austrália. O ativista nega as acusações e aguarda autorização inglesa para seguir ao Equador, que lhe ofereceu asilo político. “Apesar das concessões, é uma lei importante, sobretudo para um país do tamanho do Brasil”, avaliou.

Nova norma entra em vigor no dia 23 de junho e já se discute necessidade de regulamentação.



Eduardo Aigner/Participação

Comemoração da aprovação do Marco Civil. Da esquerda para a direita, Ronaldo Lemos, Bia Barbosa, Beá Tibiriçá, ministro José Eduardo Cardozo, Marcos Mazoni e Marcelo Branco.

FNE *debate* TRANSPORTE SOBRE TRILHOS

Rita Casaro

MARCANDO OS 160 ANOS da ferrovia no País, completados em 30 de abril último, a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) realizou, no dia 25 do mesmo mês, seminário visando diagnóstico do setor e a elaboração de propostas de melhorias e avanços.

O evento aconteceu no auditório da Federação do Comércio (Fecomércio), na cidade do Rio de Janeiro, e contou com a presença do governador fluminense, Luiz Fernando de Souza, o Pezão. Ele se declarou “entusiasta da ferrovia” e manifestou apoio ao esforço de alavancar o setor: “Fico feliz em ver engenheiros. Este País ficou 30 anos cuidando da moeda e esquecemos de sonhar. Perdemos essa memória e vemos o País precisando de bons projetos. Para o Rio, é fundamental para a mobilidade urbana. Só vamos melhorar com trem e metrô. Contem comigo para ajudar.”

O presidente da FNE e do SEESP, Murilo Celso de Campos Pinheiro, destacou a urgência em se fazer propostas para investimentos no sistema ferroviário brasileiro, deixado de lado por um longo período, embora seja reconhecidamente uma opção mais econômica e ambientalmente mais viável.

Também prestigiaram a sessão de abertura do seminário o deputado Julio Lopes (PP-RJ), o diretor da Fecomércio, Natan Schiper, o subsecretário de Transportes do Estado do Rio, Delmo Pinho, o vereador da cidade de Campo Grande, Edson Shimabukuro (PTB), presidente do Senge Mato Grosso do Sul, a diretora regional Sudeste da FNE, Clarice Aquino Soraggi, e os coordenadores do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, Fernando Palmezan Neto e Carlos Monte.

Ex-secretário de Política Nacional de Transportes e atualmente consultor na área, Marcelo Perrupato defendeu em sua palestra a necessidade de planejamento para que o País tenha transporte e logística adequados. “Temos que conhecer o território brasileiro

e ser capazes de criar um sistema multimodal integrado com terminais nas hidrovias e nas rodovias, direcionado para os grandes conglomerados industriais (siderúrgicas e refinarias), para os Centros de Integração Logística e para os portos”, afirmou.

A ideia é “derrubar o mito de que ferrovia é para grandes distâncias e grandes cargas”. Na sua opinião, é preciso pensar o papel do modal num padrão de desenvolvimento que leve em conta a cadeia produtiva, não apenas a exportação de *commodities*, como minério.

Planejamento

Segundo ele, esse novo modelo é o que propõe o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), que prevê R\$ 428 bilhões de investimentos entre 2008 e 2023, sendo 47% do montante para o setor. Com alguns avanços, a ferrovia chegou a 2011 responsável por 30% da matriz de transporte, informou.

Ele propugnou ainda pela consolidação do que chamou de “ferrovia do século XXI”, com bitola larga, em vez de métrica, possibilitando maior velocidade, e regime de livre acesso, pelo qual diversas empresas podem utilizar os mesmos trilhos. “Na Alemanha, o resultado foi que hoje mais de 300 operadores passam pelas linhas, embora a gestão seja da companhia estatal. Ganhou-se competitividade.” No Brasil, observou ele, a proposta é que a Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., cuja estrutura está sendo revista com esse fim, seja a responsável pela contratação do operador privado.

O palestrante ressaltou que a programação de investimentos abrange também a recuperação de trechos dedicados ao transporte de passageiros nas antigas linhas que se estendem por áreas densamente habitadas por meio do programa de trens regionais. Perrupato lamentou o fato de essa utilização da ferrovia estar hoje basicamente reduzida a passeios turísticos.

Próximo a fazer sua exposição, Carlos Monte corroborou a necessidade de uma concepção estratégica de longo prazo. “Aos

poucos, no setor de logística, consolida-se a visão de que é preciso planejamento. Isso deve ser cada vez mais um programa de Estado”, afirmou. Ele apresentou ainda o balanço, referente a dezembro de 2013, das obras e projetos para o setor previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Conforme Monte, são cerca de 15 empreendimentos que se espalham pelo País, em estágios diversos de andamento.

Hostilio Xavier Rattton Neto, professor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi mais um a reforçar a necessidade de se acabar com os improvisos. “A cultura no Brasil é de fazer obras e, para que sejam viabilizadas, apresenta-se custo inferior ao real. Depois, os projetos sofrem revisão, e o valor aumenta”, criticou.

A seguir, Wellington de Aquino Sarmiento, consultor na área de transportes, falou sobre o Instituto Nacional de Pesquisas Ferroviárias, cujo objetivo é “desenvolver o conhecimento da engenharia ferroviária, bem como o domínio e a atualização permanente da tecnologia do setor”.

Encerrando o evento, Francisco Costa, da Secretaria de Política Nacional de Transportes, apresentou, juntamente com a equipe técnica responsável, o projeto do Museu Ferroviário Nacional, que funcionará na Estação Barão de Mauá, inaugurada em 1854, no Rio de Janeiro.

Seminário realizado no Rio de Janeiro apontou necessidade de expansão e modernização da ferrovia nacional.



Murilo Pinheiro aponta urgência em se fazer investimentos no setor durante evento que contou com a presença do governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando de Souza, o Pezão (terceiro a partir da esq.).



Lutar contra a terceirização ampla e irrestrita

Soraya Misleh

NO 1º DE MAIO – Dia do Trabalhador –, integrou as falas dos sindicalistas a luta contra o Projeto de Lei 4.330/2004, que regulamenta a terceirização em bases que ampliam a precarização dos direitos trabalhistas. A oposição ao PL em questão – de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO) – esteve ainda em pauta durante audiência pública na Comissão Geral do Trabalho da Câmara, realizada no dia 6 do mesmo mês. Graças à ação do movimento sindical, em 2013 foi retirado da pauta da Comissão de Constituição e Justiça dessa Casa, mas ainda não derrotado.

Se aprovado no Congresso Nacional, mais do que consolidar um quadro bastante alarmante, poderá agudizá-lo.

Atualmente, segundo estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), cerca de 11 milhões de trabalhadores atuam como terceirizados no Brasil, perfazendo 25,5% da População Economicamente Ativa (PEA). Embora exerçam as mesmas funções que seus colegas diretamente contratados, ganham em média 27,1% a menos. A rotatividade é elevada entre essa parcela: 44,9% contra 22%. E a jornada de trabalho semanal é cerca de três horas superior. Mais vulneráveis e sem proteção, entre 2006 e 2009, representaram mais de 80% das vítimas fatais de acidentes de trabalho. Sob o pretexto de regulamentar a terceirização e assegurar direitos a essa mão de obra que hoje encontra-se desprotegida, o PL não estabelece limites a esse tipo de contratação: na prática, independentemente da atividade e função, qualquer profissional poderia ser contratado dessa forma – e a partir de sua aprovação, legalmente.

Esse é o grande nó apontado por Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese, em relação ao projeto de lei. Segundo o especialista, não obstante hoje já tramite uma versão distinta no Legislativo, cujo relator é o deputado Arthur Maia (SD-BA), essa questão não foi resolvida e é objeto de disputa entre o empresariado e as centrais. Os primeiros desejam obter segurança jurídica para efetuar a terceirização ampla e irrestrita; já as segundas refutam essa proposta, sem quaisquer limites, o que, na sua visão, precarizaria ainda mais os direitos trabalhistas. Álvaro Luiz Dias de Oliveira, diretor do SEESP, chama atenção para o fato de o projeto permitir a substituição de todos os contratados diretos por indiretos como forma de diminuir custos das empresas. Do modo como está, segundo destaca, todas as atividades da engenharia que não forem atribuições exclusivas de Estado, como regulamentação e fiscalização, seriam passíveis de terceirização.

Representação fragmentada

Outro problema enfrentado atualmente – e que o PL pode agravar – é quanto à representação sindical da mão de obra terceirizada. Hoje, como observa Ganz Lúcio, existem entidades, muitas vezes criadas pelas próprias empresas contratantes desse pessoal, que “estão representando a desigualdade entre trabalhadores”. Conforme Sergio Luiz Leite, da Federação dos Químicos e primeiro secretário-geral da Força Sindical, os terceirizados em uma empresa, assim, não são cobertos pela mesma convenção coletiva de trabalho que os demais e ficam ao largo de uma série de

conquistas. O projeto de lei, diz, aprofunda essa fragmentação: “Fraciona a organização dos trabalhadores, entre os diretos, de primeira linha, e os indiretos, de segunda, esses últimos com menos direitos.” De acordo com ele, a consequência é a diminuição do poder de mobilização e negociação. “Não concordamos com esse tipo de organização sindical, por forma de contratação. É preciso que sejam asseguradas as mesmas condições de trabalho, saúde e segurança”, completa Leite.

Hoje, segundo constata, esse quadro já se verifica em alguns setores e vem gerando um aumento de processos na Justiça do Trabalho, o que tem levado o empresariado a defender o PL que amplia a terceirização, para se livrar da responsabilidade trabalhista de forma solidária. Ele resume: “Não é bom para o movimento sindical e não é bom para o País, pois diminui a participação da massa salarial no PIB (*Produto Interno Bruto*). À medida que enfraquece a renda, fragiliza a economia interna.”

Para Ganz Lúcio, o tema dificilmente voltará à pauta neste ano eleitoral, mas é possível que seja retomado em 2015. Assim, é fundamental manter a mobilização. “Sem pressão política e articulação, a possibilidade de os empresários aprovarem o PL com sua cara é grande.” O consultor sindical do SEESP, João Guilherme Vargas Netto, lembrou que foi a unidade de ação dos trabalhadores que bloqueou em 2013 o projeto. “O movimento sindical unido pretende impedir essa aprovação, até que, por meio de negociações responsáveis, se estabeleça um PL capaz de regulamentar a terceirização e impedir seus abusos.”

DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. ALTO TIETÊ: R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – E-mail: seesp.mogidasruzes@terra.com.br. ARAÇATUBA: R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. ARARAQUARA: R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. BAIXADA SANTISTA: Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. BARRETOS: Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. BAURURU: Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. BOTUCATU: R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. CAMPINAS: Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3368-0204 / 0205 / 0206 – E-mail: campinas@seesp.org.br. FRANCA: R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. GRANDE ABC: R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. GUARATINGUETÁ: R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. JACAREÍ: Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. JUNDIAÍ: R. Prudente de Moraes, 596 – CEP: 13201-004 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaseesp@terra.com.br. LINS: Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3522-2119 – E-mail: seespplins@terra.com.br. MARÍLIA: R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. PINDAMONHANGABA: R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. PIRACICABA: R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. PRESIDENTE PRUDENTE: R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. RIO CLARO: Rua Dois, 2.727 – Vila Operária – CEP 13504-090 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. SÃO CAETANO DO SUL: Estrada das Lágrimas, 1.708 – Tel.: (11) 2376-0429 – E-mail: saocaetano@seesp.org.br. SÃO CARLOS: R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seepsjc@uol.com.br. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: Alameda das Orquídeas, 150 – CEP: 15061-150 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. SOROCABA: R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. TAUBATÉ: Rua Venezuela, 271 – CEP: 12030-310 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: taubate@seesp.org.br.

Cursos

BAIXADA SANTISTA

Universidade Santa Cecília

Site: www.unisanta.br/Posgraduacao

E-mail: extensao@unisanta.br

Telefone: (13) 3202-7104

• Introdução à engenharia

submarina. O curso acontece entre 31 de maio e 21 de junho próximos, aos sábados, das 8h às 12h e das 13h às 17h. Carga horária de 32h. À sua realização, mínimo de 20 vagas preenchidas, máximo de 30. O objetivo é apresentar a engenharia submarina, através da descrição das atividades relacionadas ao projeto, instalação, operação e manutenção de equipamentos e dutos submarinos.

Destina-se a profissionais e estudantes envolvidos ou interessados na indústria do petróleo, mais precisamente nas atividades de engenharia submarina. Inscrições em <http://www.unisanta.br/Posgraduacao/Inscricao/924?tipo=1>.

Matrículas devem ser feitas pessoalmente na Secretaria de Extensão da Unisanta (Rua Oswaldo Cruz, 266, Boqueirão, Santos/SP). Preço: R\$ 660,00, sendo metade no ato da matrícula.

CAMPINAS

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Site: www.extecamp.unicamp.br/extensao.asp

E-mail: extensao@fec.unicamp.br

Telefones: (19) 3521-2337/(19) 3521-2408

• **Engenharia de pavimentos.** Estão abertas até dia 16 de maio as inscrições para esse curso, a se realizar na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp entre 24 do mesmo mês e 14 de junho, aos sábados, das 8h às 17h. Destina-se a engenheiros de municípios, órgãos rodoviários e concessionários de rodovias. Carga horária de 30h. Mínimo de 18 alunos e máximo de 40. A seleção dos participantes será feita mediante



análise e entrega da documentação básica necessária, além de ficha de inscrição (em https://www.extecamp.unicamp.br/prematricula2/procura_aluno.asp) e termo de compromisso assinado. Matrículas conforme a ordem de inscrições. Pagamento: R\$ 1.267,00 a vista, via boleto bancário com vencimento em 20 de maio.

DRACENA

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Site: <http://www.dracena.unesp.br/teccana>

E-mail: genap@dracena.unesp.br

Telefone: (18) 3821-8141

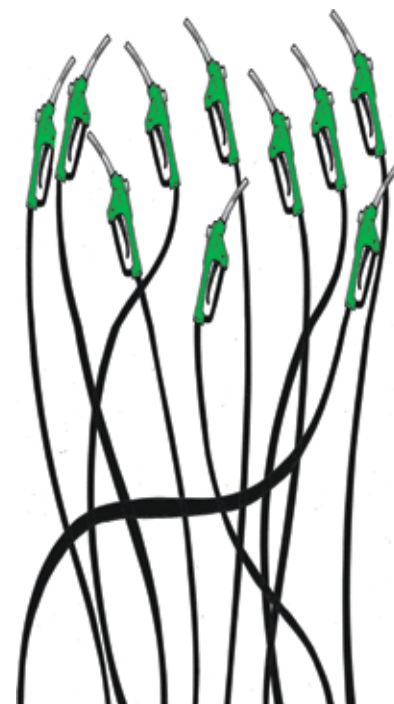
• **Simpósio Tecnológico de Adução e Manejo da Cana-de-Açúcar (TecCana).** Com inscrições abertas até a data de sua realização, 6 de junho, o evento ocorrerá no Auditório da Unesp - campus Dracena (Rodovia Cmte. João Ribeiro de Barros (SP 294, km 651), das 8h às 17h45. O objetivo é aprimorar o conhecimento técnico-científico na área de adução e manejo da cultura de cana-de-açúcar, proporcionando acesso a novas tecnologias para alunos, técnicos e produtores rurais. Valores para estudantes: R\$ 35,00 (até 23 de maio), R\$ 45,00 (até 5 de junho) e R\$ 55,00 (dia 6). Para profissionais, acréscimo de R\$ 10,00 nesses custos. Vagas limitadas

Curso aborda eficiência energética e fontes renováveis

ESTARÃO ABERTAS a partir de 19 de maio até 1º de julho as inscrições para o curso “Energias renováveis, geração distribuída e eficiência energética”, a se iniciar em 1º de agosto próximo. Trata-se de oportunidade de especialização e atualização profissional para atuar no cenário nacional e mundial, que indica uma mudança de paradigma no que concerne à produção e consumo de energia elétrica e térmica e seu uso combinado na forma de cogeração.

Essas transformações atingem o País na reformulação da legislação de novas formas de produção, dando ênfase à geração distribuída, via fontes renováveis, como solar, eólica e biomassa mais eficientes e menos prejudiciais ao meio ambiente. A produção não centralizada e de menor escala também propicia a introdução do conceito de cogeração, que permite um uso mais eficiente da energia química dos combustíveis. Sob essa ótica, o curso focará ainda a eficiência energética de edificações, seguindo as normas estrangeiras Ashrae 90.1 e 189.1. Com esse objetivo, serão abordados tópicos como revisão da teoria e tecnologias de máquinas de produção de energia eletromecânica; cálculo de viabilidade técnica-financeira de projetos e análise daqueles baseados em fontes renováveis: solar, eólica e biomassa, entre outros.

Oferecido pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), por meio de seu Programa de Educação Continuada (Pece), o curso destina-se a profissionais de nível superior, como consultores, gerentes e administradores técnicos de empresas, estabelecimentos de serviços e comércio com formação em engenharia, tecnologia e áreas afins. Será ministrado nas dependências do Pece em São Paulo (Av. Prof. Mello Moraes, 2.373, 1º andar, campus Armando de Salles Oliveira, Cidade Universitária), às sextas-feiras, das 19h20 às 22h40, e aos sábados, das 9h às 12h20. Matrículas devem ser feitas entre 7 e 11 de julho, a partir da aprovação no processo seletivo. Mais informações, inclusive sobre o preço, na Central de Apoio ao Aluno, pelo tel. (11) 2998-0000 ou e-mail atendimento@pecepoli.com.br, de segunda a sexta-feira, das 9h às 21h. O site é <http://www.pecepoli.com.br/PT/ERG>.





Homenagem aos 80 anos do SEESP

Em 16 de maio, a partir das 19h30, ocorrerá sessão solene na Câmara Municipal de São Paulo em homenagem aos 80 anos do SEESP – a se completarem em 21 de setembro próximo. Iniciativa do vereador José Police Neto (PSD), a cerimônia será realizada no Plenário 1º de Maio (Viaduto Jacareí, 100, 1º andar, Bela Vista, Capital/SP), seguida de coquetel de encerramento.

É a segunda atividade no ano em comemoração à longa trajetória de lutas do sindicato

em defesa da categoria, da tecnologia e do desenvolvimento estadual e nacional. A primeira se deu na Assembleia Legislativa de São Paulo, em 17 de março, quando foi empossada a diretoria da entidade para a gestão 2014-2017, que tem à frente Murilo Celso de Campos Pinheiro, reconduzido ao cargo. Mais informações sobre a solenidade no Legislativo municipal e confirmação de presença pelo telefone (11) 3113-2612 ou e-mail diretoria@seesp.org.br.

Integração latino-americana dos trabalhadores universitários

Esse é o tema de seminário que será realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) nos dias 22 e 23 de maio, das 9h às 18h, na sede do SEESP (Rua Genebra, 25, 1º andar, Bela Vista, São Paulo/SP), apoiador da atividade. Ao propor o debate sobre a integração dos profissionais de formação universitária na América Latina e seus desafios, o objetivo é contribuir à formulação de estratégias e ações ao fortalecimento do movimento sindical na região, bem como à valorização do trabalho.

No primeiro dia, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães discorrerá sobre o tema “América Latina e os blocos econômi-

cos”, ao lado de Felix Rígoli, da Organização Pan-Americana da Saúde (OPA). Também estará em pauta a questão do livre trânsito e imigração, com a participação de Marilena Helena Machado, pesquisadora na área de recursos humanos em saúde. Para abordar o cenário geopolítico do continente e do mundo, está convidado o escritor Eduardo Galeano, presença ainda a ser confirmada. No último dia, participarão lideranças do Brasil e de vários outros países da região, como Uruguai, Argentina e Nicarágua. Ao final, será servido coquetel. Mais informações pelos telefones (11) 3113-2641 e (61) 3225-2288 ou e-mails sindical@seesp.org.br e cntu@cntu.org.br.

Vagas, orientação, treinamentos

Por intermédio de sua área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional, o SEESP oferece diversos serviços aos engenheiros. Entre eles, orientação profissional (vocacional) e para elaboração de currículo, *coaching* de carreira e emissão de carteira de trabalho, via convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego, além de cadastramento de currículos e vagas. Para se candidatar, acesse em www.seesp.org.br o *link* Ao Profissional – Currículos e Vagas. Mais informações pelo telefone (11) 3113-2670.



Categoria fecha acordo com Sabesp

Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida no SEESP em 28 de abril último, os engenheiros que trabalham na Sabesp cancelaram a greve marcada para o dia seguinte e aprovaram a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2014) com a empresa. Esse inclui: reajuste salarial de 5,17% na data-base de 1º de maio (conforme índice inflacionário IPC/Fipe), extensível às demais cláusulas econômicas; reajuste de 7,4% sobre o vale-refeição, que passa a R\$ 27,00; equiparação dos salários pagos na companhia no Interior e na Capital em duas etapas (de 80% para 90% em maio de 2014 e de 90% para 100% em maio de 2015); manutenção dos demais itens de caráter social do acordo anterior e abertura de negociações na vigência do ACT 2014 em relação a promoção (curva normal); concurso público; auxílio-creche/Centro de Convivência Infantil (CCI); representante sindical do Conselho de Administração; parcelamento de férias para empregados acima de 50 anos de idade; e transferência de funcionário.

Eternit é condenada a indenizar viúva de engenheiro em R\$ 1 milhão

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho aumentou para R\$ 1 milhão a indenização por dano moral, imposta à Eternit, à viúva de um engenheiro vítima de doença pulmonar, após contato prolongado com o amianto – banido em alguns países. A empresa havia sido condenada inicialmente ao pagamento de R\$ 600 mil. Mas o relator do recurso da viúva, ministro Augusto

FNE debate qualidade de vida em Macapá



Murilo Pinheiro (no púlpito) destaca importância do planejamento e da unidade na busca de soluções aos problemas que mais afligem os cidadãos.

Em seminário no dia 6 de maio, no Auditório da Universidade Estadual do Amapá (Ueap), aconteceu seminário sobre o tema. Realizado pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), em conjunto com o sindicato da categoria no estado, o evento reuniu especialistas dos setores de transporte coletivo, habitação e coleta seletiva que expuseram a situação nessas áreas em Macapá e discutiram soluções em prol da população local.

À abertura, o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro – que também está à frente do SEESP –, destacou a importância do planejamento, da reflexão sobre as questões que mais afligem as grandes cidades e da unidade na busca

de soluções: “É preciso refletir e pensar ações conjuntas por parte das entidades para elaboração de propostas factíveis a serem encaminhadas aos governantes, levando-as aos diversos níveis da administração pública (municipal, estadual e federal), principalmente neste ano de eleições.”

Enfatizando a importância de se levar às universidades o debate sobre os temas referentes à qualidade de vida nas cidades, também participou da abertura Fernando Palmezan Neto, diretor do SEESP e coordenador do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – iniciativa da FNE que conta com a adesão desse sindicato.

César de Carvalho, entendeu que o valor estipulado deve considerar também a função pedagógica da sanção, visando tanto a prevenção quanto o desestímulo da conduta danosa da empresa.

O caso é resultado de uma reclamação trabalhista ajuizada pelo espólio de um engenheiro que chefou, de 1964 a 1967, o controle de qualidade da unidade da Eternit em Osasco (SP), desa-

tivada em 1992. Ele trabalhava sem equipamentos de proteção individual e seu escritório ficava no interior da fábrica, próximo ao local de manipulação das fibras de amianto. Em 2005, foi diagnosticado com câncer da pleura e, por conta de insuficiência respiratória, submeteu-se a diversas cirurgias e teve 80% do pulmão removido. Morreu em dezembro de 2005, aos 72 anos.